

**O corpo que narra e resiste: a agência das crianças
frente à pedagogia do controle***

**The body that narrates and resists: children's agency
under a pedagogy of control**

**El cuerpo que narra y resiste: la agencia de las infancias
frente a una pedagogía del control**

Eliane Brusco das Chagas**

 <https://orcid.org/0009-0004-9937-4930>

Altino José Martins Filho ***

 <https://orcid.org/0000-0003-1260-2992>

Célio Roberto da Silva****

 <https://orcid.org/0009-0002-3925-991X>

Resumo: Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa de Mestrado que analisou como narrativas transcritas e expressões corporais infantis, documentadas na produção acadêmica, revelam táticas de agência frente aos dispositivos de controle na Educação Infantil. A partir do Estado do Conhecimento, mapearam-se 11 pesquisas apresentadas entre 2015 e 2023 no Grupo de Trabalho 07 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que compõem o *corpus* desta investigação. O referencial teórico articula a Sociologia da Política Educacional, a Sociologia da Infância e a Pedagogia da Infância para desconstruir o modelo adultocêntrico e institucionalizante. Os resultados indicam que as crianças exercem agência contra-hegemônica por meio de táticas intencionais de transgressão e subversão. Evidencia-se a urgência de romper com o modelo escolarizante em favor do brincar e da experiência, legitimando o corpo como território de saberes por meio da escuta sensível.

Palavras-chave: Educação Infantil. Estado do Conhecimento. Agência infantil.

Abstract: This article presents part of a Master's research project that examined how transcribed narratives and children's bodily expressions documented in academic research reveal tactics of agency in response to

* Pesquisa financiada pelo Programa de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP).

** Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Educação. *E-mail:* <eli.brusco13@gmail.com>.

*** Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em Educação. *E-mail:* <altinojosemartins@gmail.com>.

**** Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrando em Educação. *E-mail:* <celio.beto1@gmail.com>. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

mechanisms of control in Early Childhood Education. Using a state-of-the-knowledge review, 11 studies presented between 2015 and 2023 at Working Group 07 of the Brazilian National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPED) were mapped and constitute the corpus of this investigation. The theoretical framework brings together the Sociology of Education Policy, the Sociology of Childhood, and the Pedagogy of Childhood to challenge an adult-centric and institutionalizing model. The findings show that children exercise counter-hegemonic agency through intentional tactics of transgression and subversion. The study highlights the urgent need to move away from a school-oriented model in favor of play and experience, recognizing the body as a site of knowledge through sensitive listening.

Keywords: Early Childhood Education. State-of-the-knowledge review. Children's agency.

Resumen: Este artículo presenta un recorte de una investigación de Maestría que analizó cómo las narrativas transcritas y las expresiones corporales infantiles documentadas en la producción académica revelan tácticas de agencia frente a los dispositivos de control en la Educación Infantil. A partir del Estado del Conocimiento, se mapearon 11 investigaciones presentadas entre 2015 y 2023 en el Grupo de Trabajo 07 de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación en Educación (ANPED), que conforman el corpus de esta investigación. El marco teórico articula la Sociología de la Política Educativa, la Sociología de la Infancia y la Pedagogía de la Infancia para cuestionar el modelo adultocéntrico e institucionalizante. Los resultados revelan que las infancias ejercen una agencia contrahegemónica mediante tácticas intencionales de transgresión y subversión. Se evidencia la urgencia de romper con el modelo escolarizante en favor del juego y la experiencia, legitimando el cuerpo como territorio de saberes mediante la escucha sensible.

Palabras clave: Educación Infantil. Estado del Conocimiento. Agencia infantil.

Introdução

O cotidiano da Educação Infantil no Brasil tem sido progressivamente marcado por uma contradição ética e pedagógica. De um lado, os referenciais normativos nacionais asseguram o direito das crianças ao movimento, à brincadeira e à livre expressão de suas múltiplas linguagens (Brasil, 2009). De outro, a prática institucional impõe às crianças rotinas inflexíveis e tempos acelerados (Martins Filho, 2023). Esse cenário não se apresenta de forma isolada; ele reflete a transposição de modelos gerenciais e de métricas de desempenho que colonizam os propósitos históricos da Educação Básica (Ball, 2014; Laval, 2019).

No entanto, o campo da Educação Infantil é desafiado a analisar se as crianças assimilam passivamente esses dispositivos de enquadramento. A observação dos contextos educativos revela que os sujeitos infantis não guardam apatia diante da regulação; ao contrário, utilizam o próprio corpo como território de enunciação e contra-conduta (Dornelles, 2011). O choro, o silêncio intencional, o desvio do olhar e as táticas de subversão espacial no uso dos brinquedos emergem como atos micropolíticos pelos quais as crianças interpretam, negociam e recusam os limites da disciplina institucional (Corsaro, 2011; Melo; Marochi, 2019).

Compreender a potência política dessas narrativas corporais exige, contudo, afastar-se de visões universais ou abstratas de infância (Qvortrup, 2010). Os corpos que habitam os ambientes educativos são atravessados por marcadores sociais estruturais como raça, gênero e pertencimentos territoriais, os quais situam as experiências das crianças em complexas redes de poder e exclusão (Abramowicz; Kramer, 2023). Logo, a desconstrução da afonia historicamente imposta à infância requer um compromisso ético com uma escuta transversal e sensível, capaz de reconhecer o dissentimento corpóreo como manifestação legítima de autonomia e de agência no tempo presente (Fernandes, 2026).

Diante da urgência de decodificar esses modos singulares de ação das crianças, faz-se necessário analisar as táticas de agência documentadas na produção acadêmica da área. Formular, portanto, a seguinte questão central: de que modo as narrativas transcritas e as manifestações

corporais das crianças, registradas pelos pesquisadores nas produções acadêmicas brasileiras, revelam táticas de agência e resistência frente às rotinas e aos dispositivos de controle institucionais? Para responder a essa problemática, este artigo objetiva analisar as narrativas transcritas e as expressões corporais das crianças, presentes no *corpus* selecionado, identificando de que maneira essas manifestações constituem táticas de agência e subversão no cotidiano da Educação Infantil.

Para a consecução deste intento, este artigo, resultante da pesquisa de Mestrado da primeira autora (Chagas, 2026), caracteriza-se como uma investigação de segunda ordem sobre a produção científica da área. A proposta articula a perspectiva epistemológica da escuta (Ferreira, 2003) e da escuta sensível (Barbier, 1993) ao desenho metodológico da pesquisa qualitativa (Lüdke; André, 1986), tomando o *corpus* documental selecionado como o ambiente natural da pesquisa e os excertos das narrativas e manifestações corporais das crianças como dados empíricos secundários. O rigor analítico do estudo e o afastamento de abordagens subjetivas sustentam-se no princípio da autorreflexividade e na análise de dados indutiva (Bogdan; Biklen, 1994). Essa fundamentação garantiu o rastreamento sistemático dos processos de codificação, permitindo que a categorização realizada no Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021) revelasse as táticas de agência e o protagonismo infantil mapeados no Grupo de Trabalho 07 (GT07) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A delimitação desse *corpus* documental concentrou-se nas produções apresentadas no GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos, da ANPEd, no recorte temporal de 2015 a 2023. O percurso metodológico identificou, inicialmente, 205 trabalhos, dos quais 32 foram pré-selecionados após a análise de resumos e metadados. Na sequência, a aplicação dos critérios de inclusão resultou na catalogação de 27 pesquisas, culminando em uma análise interpretativa aprofundada sobre as 11 investigações que compõem o escopo analítico deste artigo. Os resultados dessas produções evidenciam as potencialidades da agência corporal infantil frente às lógicas de normalização no ambiente educativo.

A estrutura deste artigo organiza-se em quatro seções subsequentes a esta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, aprofundando as perspectivas conceituais da governança neoliberal e da Sociologia da Infância. A terceira descreve o procedimento metodológico do Estado do Conhecimento. A quarta dedica-se à discussão analítica do *corpus*, estruturada em quatro eixos interpretativos. A quinta seção traz as considerações finais e consolida a Bibliografia Propositiva, apresentando proposições para a efetivação de um currículo da corporeidade nas instituições educativas e para futuras pesquisas.

Referencial teórico: a governança neoliberal e a agência infantil

Para fundamentar a análise das linguagens corporais infantis como narrativas de resistência no cotidiano da Educação Infantil, este estudo ampara-se na articulação entre a Sociologia da Política Educacional, a Sociologia da Infância, a Pedagogia da Infância e os estudos sobre interseccionalidade. Compreender a potência do corpo infantil na creche e na pré-escola exige, em primeiro lugar, desvelar os mecanismos macro e micropolíticos que buscam regulá-lo, para, em seguida, afirmar a agência das crianças como força de oposição e autoria cultural.

No cenário educacional contemporâneo, as diretrizes pedagógicas veem-se capturadas por uma lógica de mercado que se materializa como o princípio ordenador das relações sociais (Dardot; Laval, 2016). Essa racionalidade coloniza o espaço público e transforma as instituições educativas em empresas voltadas à formação precoce de capital humano (Ball, 2014; Laval, 2019), desdobrando-se em uma governança pautada pelo gerencialismo e pela performatividade (Ball, 2005). Sob esse modelo, as instituições são esvaziadas de sua função emancipatória, inviabilizando

a emergência de uma educação democrática pautada na autogestão, na deliberação coletiva e na soberania dos sujeitos sobre seus processos formativos (Laval; Vergne, 2023).

Nesse contexto, a Educação Infantil passa a ser mensurada por métricas de eficiência e produtividade, submetendo o trabalho docente a uma dinâmica estritamente mercantil. Esse imaginário corporativo, para se operacionalizar, incide diretamente sobre a materialidade das creches e pré-escolas, atuando como um dispositivo de governo destinado a enquadrar os corpos desde a mais tenra idade (Rocha, 2001). Essa captura institucional impõe à infância a fabricação antecipada do ofício de aluno (Marchi, 2010; Sirota, 2001), exigindo que a criança renuncie às suas formas próprias de ver e viver o mundo em nome da obediência. Trata-se de uma perspectiva adultocêntrica que reduz o sujeito infantil à condição estática de vir a ser, retirando-lhe a legitimidade no tempo presente (Qvortrup, 2010; Sarmiento, 2005) e convertendo os espaços educativos em arenas de normalização e julgamento pelo viés do déficit.

Esse movimento traduz-se no que Chagas (2026) conceitua como Pedagogia do Controle: uma ação docente sustentada pelo discurso da eficiência e pela antecipação forçada da escolarização, consolidada por rotinas de confinamento e vigilância. O controle sobre os corpos infantis ganha concretude na imposição de tarefas repetitivas, na contenção dos ritmos fisiológicos e na restrição do movimento livre, culminando na tentativa de enquadrar a riqueza das múltiplas linguagens humanas nos limites de uma folha de papel A4 (Martins Filho, 2016, 2023, 2024). Essas práticas repressoras invisibilizam a condição geracional que assegura à criança o direito de existir no presente, de brincar, de explorar o espaço e de produzir sentidos sobre o mundo.

Contudo, a compreensão dessa lógica de controle pressupõe superar visões deterministas e modelos lineares de implementação de políticas. Sob a perspectiva de Marques (2026), as normativas governamentais não se impõem de forma automática: elas se constituem arenas dinâmicas de disputas cotidianas. Ao conceber a instituição educativa como um espaço em que as diretrizes são interpretadas, traduzidas e recriadas no cotidiano educativo, abrem-se prerrogativas teóricas para compreender as táticas das crianças como formas legítimas de atuação e contestação política em face das imposições institucionais.

A construção de um olhar contra-hegemônico, capaz de validar a agência da criança frente a essa estrutura controladora, exige o amparo teórico dos estudos da Sociologia da Infância. Ao propor retirar a infância da subalternidade, Sarmiento (2005) orienta a observação das crianças como produtoras de cultura e sujeitos de alteridade. Esse reposicionamento sustenta o conceito de reprodução interpretativa de Corsaro (2011), ao demonstrar que o desenvolvimento infantil extrapola a imitação passiva do universo adulto. Ao se apropriarem das regras sociais dentro de suas culturas de pares, as crianças recriam a realidade e elaboram táticas de sobrevivência que abrem frestas de autonomia dentro da estrutura restritiva do cotidiano.

Em diálogo com essa perspectiva de resistência, a Pedagogia da Infância tensiona o fazer pedagógico ao contestar as rotinas pautadas pela escolarização precoce. Rocha (2001) e Barbosa (2010) afirmam que a Educação Infantil deve constituir-se sob uma lógica que valide a diversidade, a experiência e as interações sociais. O choque entre a vitalidade do corpo infantil e a lógica mercantil expõe a urgência de uma postura docente pautada na escuta sensível. Como argumenta Martins Filho (2023), o cotidiano exige dos professores a capacidade de ler nos gestos, no silêncio e na movimentação física as respostas complexas e políticas emitidas pelas crianças diante do confinamento corporal.

É imprescindível destacar que essa corporeidade não é neutra, universal ou abstrata, mas marcada por determinações sociais concretas (Abramowicz; Kramer, 2023). A criança vivencia as normativas institucionais atravessada por dinâmicas de raça, gênero e território. A organização dos

tempos, espaços e artefatos lúdicos frequentemente impõe um binarismo estrito que atua como norma colonizadora. Ao recusarem papéis ou brinquedos compulsoriamente designados, as infâncias trans e as dissidências de gênero evidenciam as limitações desse controle e reivindicam o direito à autonegação, provando que a percepção de si extrapola as expectativas adultocêntricas (Jesus, 2012; Vergueiro, 2016). O corpo afirma-se, assim, como o território primordial de oposição política às normativas institucionais.

É nessa encruzilhada teórica, em que convergem a crítica à governança neoliberal, o protagonismo corporal atestado pela Sociologia da Infância e a urgência de uma Pedagogia da Infância interseccional, que se fundamenta a análise da produção acadêmica do campo. Diante das tentativas de homogeneização mercantil, as crianças expressam a diversidade de suas vivências, mobilizando o próprio corpo como narrativa e a solidariedade entre pares como estratégia de resistência. O mapeamento de como essas ações ganham materialidade e ressonância nas pesquisas contemporâneas orienta o percurso metodológico que se delineia a seguir.

Percurso metodológico do estado do conhecimento

O percurso metodológico deste estudo ancora-se na perspectiva do Estado do Conhecimento (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021), abordagem que transcende o inventário bibliográfico para se constituir como uma escuta interpretativa e crítica de segunda ordem do campo acadêmico. Essa opção justifica-se pelo fato de a presente investigação analisar as narrativas e expressões corporais das crianças que foram mediadas e registradas por outros pesquisadores. Para a constituição do *corpus*, o procedimento metodológico organiza-se a partir da articulação de duas fases estruturadas no ciclo “4 + 1” (Chagas, 2026): quatro etapas bibliográficas sucessivas (Bibliografia Anotada, Sistematizada, Categorizada e Propositiva), as quais culminam na escrita analítica e interpretativa do Estado do Conhecimento.

Em consonância com esse procedimento, mobilizou-se a abordagem qualitativa de cunho indutivo e progressivo, amparada em Bogdan e Biklen (1994). O campo empírico da investigação compreendeu as produções apresentadas no GT07 da ANPEd, no recorte temporal de 2015 a 2023. Na primeira etapa, correspondente à Bibliografia Anotada, realizou-se o levantamento nos anais do referido evento, localizando-se, inicialmente, 205 produções científicas. Após a análise de resumos e metadados dessas produções, selecionaram-se 32 trabalhos que tinham como foco central investigações desenvolvidas com crianças. Na sequência desse levantamento, a investigação avançou para a Bibliografia Sistematizada, momento em que se aplicaram os critérios de inclusão orientados pela vigilância ética e epistemológica preconizada por Fernandes (2016) e Delgado e Müller (2005). Nessa etapa, optou-se pela exclusão das pesquisas que tomavam as crianças como objetos de estudo ou receptoras de discursos adultos.

Assegurou-se, por conseguinte, a centralidade estrita de produções que legitimam a criança como sujeito epistêmico e ator social pleno de sua própria vida. Essa seleção criteriosa de pesquisas que privilegiam a agência infantil reflete um posicionamento ético voltado a romper com o silenciamento histórico da infância. Sob essa ótica, investigar com crianças exige mais do que uma adesão conceitual: exige reconhecer e selecionar estudos que compreendam a reconfiguração corporal e atitudinal do pesquisador em campo. Essa perspectiva fundamenta-se em Camargo e Garanhan (2025, p. 1), ao sustentarem que “[...] o corpo criança [...] é tanto o lugar de sua experiência quanto o lugar de suas interpretações e ações sociais”.

Para que a corporeidade seja compreendida sem a violência dos filtros adultocêntricos, assumiu-se como critério analítico a valorização de pesquisas que adotam “[...] a postura do menos-adulto como uma forma ética de relação entre o corpo adulto e o corpo criança no processo de

produção de dados em pesquisa com crianças” (Camargo; Garanhani, 2025, p. 1). Trata-se de privilegiar trabalhos atentos ao descentramento intencional e físico do pesquisador, que se coloca no campo em atitude de escuta atenta, legitimando as linguagens não verbais, os silêncios e as recusas corporais dos bebês como narrativas potentes de sua própria existência.

Esse refinamento teórico-metodológico culminou na consolidação de um *corpus* de 27 trabalhos, apresentados no Quadro 1, catalogados por autoria, título e natureza da pesquisa. Desses 27 trabalhos, selecionaram-se, para este artigo, 11 produções que evidenciaram a corporeidade e as linguagens não verbais das crianças como táticas de subversão às normativas da Pedagogia do Controle. Esses trabalhos encontram-se destacados em cinza no Quadro 1.

Quadro 1 – Síntese do *corpus*

Autoria/ ano	Título da pesquisa	Natureza
Castelli e Delgado (2015)	<i>Bebês que se relacionam com crianças mais velhas: cuidados e conflitos na Educação Infantil</i>	Artigo
Gaudio (2015)	<i>Dimensão étnico-racial na Educação Infantil: perspectiva das crianças</i>	Dissertação
Sousa (2015)	<i>Homem docência com crianças pequenas: o olhar das crianças de um Centro de Educação Infantil</i>	Artigo
Muller (2015)	<i>Jogos e brincadeiras com o uso das tecnologias móveis na Educação Infantil: o que as crianças têm a nos dizer?</i>	Dissertação
Tavares (2015)	<i>Meu irmão tem 3 anos e não estuda porque ele é criancinha - O que dizem as crianças sobre a Educação Infantil e o direito?</i>	Artigo
Macêdo e Dias (2015)	<i>Tia, posso pegar um brinquedo? A ação das crianças no contexto da pedagogia do controle</i>	Artigo
Mafrá-Rebelo e Buss-Simão (2017)	<i>Formas regulatórias na Educação Infantil: retratos a partir da perspectiva das crianças</i>	Dissertação
Silva (2017)	<i>Que cor é a minha cor? A autoidentificação racial das crianças na Educação Infantil</i>	Artigo
Aquino e Cruz (2019)	<i>A percepção de crianças de uma turma de creche acerca do pertencimento étnico-racial, numa comunidade de remanescentes de quilombolas</i>	Artigo
Souza (2019)	<i>“... Mamãe, eu tenho um novo amigo na escola... Ele é grande, mas quer aprender com a gente”</i>	Artigo
Salutto (2021)	<i>“Será que é mágica?” Reflexões sobre interações entre adultos, bebês e livros</i>	Tese
Neves, Silva e Macário (2021)	<i>A tomada de consciência na pesquisa etnográfica com bebês</i>	Artigo
Melo e Salles (2021)	<i>As temporalidades da infância que habitam o território currículesscola da Educação Infantil e os dizeres infantis que invencionam currículos-outras</i>	Artigo
Bispo e Sá (2021)	<i>Encontro dos bebês e crianças bem pequenas com as artes plásticas e visuais</i>	Artigo
Vilela (2021)	<i>Literatura infantil digital: experiências de leitura e autoria na escola</i>	Tese
Löffler e Delgado (2021)	<i>Os movimentos de participação dos bebês em uma turma de berçário: entre as culturas infantis e uma cultura adulta sensível na Educação Infantil</i>	Artigo
Campos (2021)	<i>Negociação e participação infantil: o que as crianças nos revelam sobre os modos de participação na prática pedagógica?</i>	Artigo
Novak e Nazario (2021)	<i>Institucionalização da infância: uma análise de narrativas de crianças a partir de experiências na Educação Infantil e na família</i>	Dissertação
Freitas e Carvalho (2023)	<i>“Não precisa escolher, só aparece”: a influência da mídia digital na experiência musical de crianças</i>	Artigo
Albuquerque e Guimarães (2023)	<i>Cartografia corporal com bebês: a potência nos encontros entre corpos-natureza</i>	Artigo
Simões e Penha (2023)	<i>Corpos em movimento produzindo saberes na Educação Infantil</i>	Artigo

Autoria/ano	Título da pesquisa	Natureza
Sousa, Almeida e Neves (2023)	<i>Cuidado e educação: investigando a inserção e participação de bebês em atos de cuidar</i>	Artigo
Ramos (2023)	<i>Inserção em campo e consentimento de bebês na pesquisa etnográfica</i>	Artigo
Gonçalves (2023)	<i>O descomeço do verbo: a relação dos bebês com os livros na Educação Infantil</i>	Tese
Nascimento e Brandão (2023)	<i>O silêncio das crianças nas rodas de história da Educação Infantil</i>	Artigo
Intra, Pinheiro e Zuccolotto (2023)	<i>Pelos olhos das crianças: desenhos da cidade</i>	Artigo
Amancio, Teodoro e Lima (2023)	<i>Vivências de uma criança trans em contexto de Educação Infantil: direito ao reconhecimento da identidade e do corpo</i>	Artigo

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2026).

Após a consolidação do *corpus*, seguiu-se à fase da Bibliografia Categorizada, cujo processo de categorização indutiva exigiu o desmembramento e a reconstituição analítica dos textos, por meio de um artesanato intelectual (Mills, 2009). O rigor metodológico desse percurso foi garantido pelo processo de autorreflexividade de Bogdan e Biklen (1994), que orientou o registro sistemático de cada decisão analítica dos pesquisadores para neutralizar o subjetivismo abstrato. Esse procedimento analítico estruturou-se em quatro movimentos sucessivos: 1) extração das unidades de sentido das narrativas transcritas e ações infantis descritas nos 27 trabalhos; 2) criação de 74 códigos específicos com base nas referidas unidades de sentido; 3) aglutinação e refinamento dos 74 códigos específicos em 14 códigos intermediários; e 4) codificação definitiva dos 27 trabalhos com base nos 14 códigos intermediários gerados.

No primeiro movimento, a extração das unidades de sentido exigiu uma leitura minuciosa das seções de análise das produções selecionadas, fundamentada na perspectiva epistemológica da escuta (Ferreira, 2003) e na escuta sensível (Barbier, 1993). Essas referências justificam a necessidade de suspender os juízos de valor do adulto para apreender a intencionalidade das crianças nas entrelinhas acadêmicas. Como exemplo dessa ação, ao analisar a pesquisa de Simões e Penha (2023), que descreve crianças subindo no teto de um túnel de plástico, extraiu-se a ação física como unidade de sentido. No segundo movimento, gerou-se o código específico: transgressão motora, por demarcar uma quebra na utilidade funcional do brinquedo.

No terceiro movimento, ao cruzar esse achado com os dados de Macêdo e Dias (2015), em que as crianças deitavam a cabeça sobre a mesa, percebeu-se que ambas as atitudes constituíam respostas de oposição às normativas institucionais. Essa conexão permitiu aglutinar as ocorrências sob o código intermediário: subversão e transgressão das normas institucionais. Esse processo de codificação indutiva utilizou o princípio da interpretação teórica para promover a transição da descrição do comportamento das crianças para a apreensão de sua intencionalidade política.

Foi esse processo metodológico que viabilizou categorizar, sob a mesma lógica interpretativa, o choro do bebê de dez meses (Ramos, 2023) e o silêncio da criança na roda de história (Nascimento; Brandão, 2023) no código intermediário “ética investigativa e linguagens não verbais”. Essa estrutura analítica deu sustentação aos quatro eixos que orientam a discussão dos resultados a seguir: 1 – agência infantil e protagonismo; 2 – culturas de pares; 3 – múltiplas linguagens; 4 – narrativas interseccionais. Para conferir transparência a esse percurso de geração e categorização dos dados, o Quadro 2 exemplifica a codificação indutiva desenvolvida.

Quadro 2 – Exemplo do processo de codificação indutiva e síntese categorizada

Unidade de sentido	Código específico	Código intermediário	Eixo analítico
Criança em pé no teto do túnel de plástico (Simões; Penha, 2023); recusa de sentar-se na cadeira, ameaça de mudança de instituição e imobilidade voluntária e recusa de tarefas deitando a cabeça na mesa (Macêdo; Dias, 2015); ordem adulta de imobilidade por pretensa segurança física (Mafra-Rebelo; Buss-Simão, 2017).	Transgressão motora; imobilidade voluntária; recusa de tarefas.	Subversão e transgressão das normas institucionais.	Agência infantil e protagonismo
Bebê retira o bico do colega para lhe dar comida na boca (Sousa; Almeida; Neves, 2023); meninas da pré-escola arrumam roupas e calçados das bebês (Castelli; Delgado, 2015).	Cuidado intrageracional; zelo mútuo; solidariedade entre pares.	Cuidado amigo e solidariedade entre pares.	Culturas de pares
Criança pede tempo para pensar: “Eu tava pensando, só!” (Nascimento; Brandão, 2023); bebê chora e mantém distância física para recusar a aproximação da pesquisadora (Ramos, 2023).	Silêncio cognitivo; não-dizer; revogação de consentimento.	Ética investigativa e linguagens não verbais.	Múltiplas linguagens
Menina negra exalta o cabelo crespo, trançado e a identidade negra (Silva, 2017); expressão de desejo de alteração da cor da pele frente ao padrão branco (Silva, 2017); criança transmasculina recusa vestimentas/brinquedos femininos e afirma nome social (Amancio; Teodoro; Lima, 2023); constatação da ausência de hospital e desamparo estatal no território (Tavares, 2015); exigência do desenho de um cavalo para frequentar a escola camponesa (Souza, 2019).	Afirmção estética negra; recusa ao binarismo cisgênero.	Táticas interseccionais de resistência identitária.	Narrativas interseccionais

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2026).

Completando a primeira fase do procedimento metodológico do Estado do Conhecimento, a quarta etapa, a Bibliografia Propositiva, será apresentada nas considerações finais deste artigo, momento em que os resultados das análises são sistematizados para propor sugestões de ações para o campo da Pedagogia da Infância e para futuras pesquisas.

É importante registrar que, por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em textos acadêmicos de domínio público (anais da ANPEd), este estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Contudo, a ética investigativa foi adotada como um princípio analítico transversal aos trabalhos selecionados. Nesse sentido, a investigação fundamentou-se na tensão entre a necessidade de proteção e o direito à participação infantil a partir de Qvortrup (2015) e Fernandes (2026), considerando as metodologias que os pesquisadores utilizaram para que as crianças fossem escutadas e respeitadas nas investigações analisadas.

Com a demarcação desse rigor investigativo e ético¹, conclui-se a apresentação e definição do percurso metodológico. Na próxima seção, apresenta-se a escrita do Estado do Conhecimento,

¹ Alinhando-se às orientações da Revista Práxis Educativa, às diretrizes éticas do *Committee on Publication Ethics* (COPE) e às normativas vigentes sobre integridade acadêmica, o emprego de ferramentas de inteligência artificial generativa neste artigo deu-se em caráter instrumental e de suporte técnico. A ferramenta BibGuru foi empregada na normatização bibliográfica, enquanto o sistema Gemini foi utilizado como suporte para a tradução e elaboração do resumo e das palavras-chave para a língua estrangeira. A autonomia epistemológica, a condução do mapeamento, a interpretação dos excertos do *corpus* e a autoria intelectual pertencem aos pesquisadores. Reafirma-se, portanto, que as ferramentas

organizada em quatro eixos analíticos gerados a partir dos 11 trabalhos que foram destacados no Quadro 1.

Discussão e resultados: o corpo como narrativa

A escrita do Estado do Conhecimento, fase culminante do processo 4+1, consolida-se como um exercício epistemológico, interpretativo e situado. Conforme postulam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), essa etapa representa a construção do texto analítico, momento no qual a produção de conhecimento se estabelece como um processo dialógico vivo entre autor e leitor.

A partir dessa construção dialógica e da conversão do esforço de escuta em escrita implicada, a discussão foi estruturada em quatro eixos analíticos autorais: o primeiro aborda as táticas corporais de subversão frente à Pedagogia do Controle; o segundo analisa o afeto e o cuidado mútuo nas culturas de pares; o terceiro discute o silêncio e o choro como recusa e tempo cognitivo; e o quarto examina a afirmação das identidades de raça, gênero e território. Sob essa perspectiva, a empiria do *corpus* dialoga com a teoria para compreender e demonstrar o corpo infantil como potência política na infância e no território de narrativa e resistência.

Agência infantil e protagonismo: a pedagogia do controle e as táticas corporais de subversão

O cotidiano das instituições de Educação Infantil é tensionado por tentativas de docilização dos corpos das crianças (Dornelles, 2011), materializando práticas de confinamento motor alinhadas à lógica produtivista do mercado (Dardot; Laval, 2016). A pesquisa de Mafra-Rebelo e Buss-Simão (2017, p. 12) evidencia essa regulação ao registrar a ordem docente que exige a imobilidade física sob a justificativa da segurança: “Oh!... Fiquem sentadinhos, se não vão cair da cadeira!”. A literatura do *corpus* demonstra que as crianças não assimilam passivamente essa contenção; ao contrário, respondem por meio de ajustamentos secundários (Corsaro, 2011), elaborando táticas de subversão espacial e ressignificação das regras institucionais.

Essa subversão da utilidade prescrita dos espaços transparece nos achados de Simões e Penha (2023), ao documentarem o momento em que duas crianças ignoram a função esperada de um túnel de plástico e sobem em seu teto. Ao testarem o potencial de força e equilíbrio sobre a superfície circular e escorregadia, as crianças convertem a limitação espacial em ato de protagonismo, contornando a intervenção da professora, descrita da seguinte forma: “[...] apesar de sorrir com a ação das crianças, intervém pedindo para que desçam alegando que é perigoso e elas podem se machucar” (Simões; Penha, 2023, p. 5). Sob o pretexto de resguardar a integridade física, a instituição educativa utiliza o discurso de proteção de forma paternalista para conter a imprevisibilidade do movimento e assegurar a ordem adulta, tensionando a fronteira entre o resguardo e o direito de participar (Fernandes, 2026; Qvortrup, 2015). Ao escalarem o teto do brinquedo, as crianças reescrevem a arquitetura institucional, demonstrando que o corpo brincante recusa o enquadramento funcional rígido.

A desestabilização dessa ordem manifesta-se também no confronto discursivo e na negociação com a autoridade docente. No estudo etnográfico de Macêdo e Dias (2015, p. 8), a insubordinação ganha contornos de contra-argumentação quando o menino Roger, após arrastar

de inteligência artificial não possuem estatuto de autoria, sendo de responsabilidade dos autores a integridade das fontes e de suas referências, a análise dos dados empíricos e a formulação conceitual do texto.

sua cadeira para o centro da sala e receber sucessivas repreensões, declarou: “No próximo ano vou para outra escola”. O abandono do lugar designado e a ameaça de evasão configuram uma tática de negociação da assimetria geracional, na qual a criança utiliza sua mobilidade física e a fala para tensionar o enquadramento das rotinas e reivindicar margens de autonomia.

Quando os canais de ação e fala são cerceados por completo, a imobilidade proposital torna-se uma via de escape, como se observa no mesmo estudo, em que as “[...] crianças deitam a cabeça na mesa, como se desistissem de agir/interagir diante de tanto controle” (Macêdo; Dias, 2015, p. 6). A análise dessa cena indica que a atitude de deitar a cabeça sobre a mesa não deve ser reduzida à apatia passiva ou ao cansaço biológico, mas compreendida como um mecanismo de não cooperação e desengajamento voluntário. Ao recolher o próprio corpo e retirar-se da interação compulsória, a criança opõe uma recusa silenciosa às exigências de desempenho e à regulação estrita do tempo escolar.

As evidências empíricas reunidas neste eixo demonstram que as instituições educativas se configuram como arenas de embate contínuo, nas quais a transgressão às regras de espaço e tempo integra uma tática central de ação política da infância contra a Pedagogia do Controle (Chagas, 2026). Em resposta à regulação temporal e gerencialista imposta pela racionalidade neoliberal no campo educacional (Ball, 2014; Laval, 2019), a agência corporal das crianças desconstrói a tentativa de redução da criança ao ofício de aluno (Marchi, 2010; Sirota, 2001). O protagonismo infantil revela-se, portanto, na capacidade efetiva de desorganizar os limites da disciplina institucional por meio da oposição física e da recusa inventiva.

Culturas de pares: as linguagens do afeto e a inversão da lógica adultocêntrica

Em contraposição às práticas institucionais que buscam individualizar os sujeitos no espaço educativo, a experiência infantil constrói vias reais de ação e resistência por meio dos vínculos afetivos e do cuidado recíproco. O ambiente educativo, quando planejado e estruturado com foco no desempenho e na competição, esbarra nas lógicas de solidariedade criadas pelas próprias crianças. Esse movimento promove a inversão da lógica adultocêntrica, visto que, historicamente, os bebês costumam ser concebidos sob o prisma da passividade e posicionados de forma restrita como meros receptores de cuidados (Delgado; Martins Filho, 2013). O cuidado mútuo emerge como achado central nas investigações reunidas neste eixo, desestabilizando a tese da dependência passiva e demonstrando que as culturas infantis respondem ao isolamento institucional com práticas de coletividade.

A imersão etnográfica de Sousa, Almeida e Neves (2023) desconstrói essa percepção de dependência ao registrar a ação de Maria, uma bebê de 15 meses, em relação ao colega Carlos: “[...] abaixa-se com cuidado e coloca a vasilhinha no chão, levanta-se e direciona a colherzinha para Carlos, mas percebe que ele está com o bico na boca. Ela ergue o braço e puxa o bico da boca dele. Então, começa a levar a colherzinha na boca de Carlos” (Sousa; Almeida; Neves, 2023, p. 4). A iniciativa de alimentar o colega ilustra a reprodução interpretativa conceituada por Corsaro (2011), processo no qual as crianças se apropriam ativamente das rotinas adultas de zelo para alterar, de forma criativa, a cultura no interior de seus grupos de pares. O excerto tensiona a visão tradicional de socialização e exige a ruptura com o princípio da negatividade constituinte da infância, o qual costuma definir as crianças pelas suas interdições, incapacidades ou pela ausência de fala articulada (Sarmiento, 2005). Ao protagonizar o cuidado com o outro, a criança constitui-se como um ator social pleno e potente no tempo presente, tecendo redes horizontais de proteção intrageracional que prescindem do agenciamento direto do adulto.

Essa potência interacional é igualmente encontrada na pesquisa de Castelli e Delgado (2015), que aprofundam a dinâmica do cuidado amigo nas relações multietárias. O toque e o zelo infantil constroem uma ética horizontal sob a qual as próprias crianças se articulam para proteger umas às outras de modo autônomo. A materialidade dessa prática consolida-se no instante em que as meninas da pré-escola assumem o amparo das menores, momento em que “[...] arrumaram as roupas e os calçados de algumas bebês” (Castelli; Delgado, 2015, p. 9). A proteção converte-se em regulação do próprio grupo, evidenciada no alerta diretivo de uma criança à outra sobre o trato físico com o colega: “[...] não era para ela sacudi-lo, que isso iria machucá-lo” (Castelli; Delgado, 2015, p. 14).

Os espaços da Educação Infantil firmam-se, portanto, como um território de negociação onde o afeto consolida uma linguagem de subversão da tutela exclusiva da ação docente. Essa autogestão do zelo revela que a regulação dos corpos na infância não precisa emanar de um dispositivo disciplinar externo; ela nasce da empatia intrageracional, que redefine a autoridade e institui uma ética comunitária na contramão da vigilância panóptica (Foucault, 2020).

Para o campo da Pedagogia da Infância, reconhecer a apropriação do cuidado permite compreender que as culturas infantis produzem lógicas de alteridade frente aos sistemas de governo das condutas. A instituição educativa moderna consolidou-se em sua base epistêmica como um dispositivo de normalização estruturado para a produção de indivíduos isolados e concorrentes entre si (Ball; Collet-Sabé, 2026). Diante dessa imposição, o afeto compartilhado entre as crianças constitui uma resposta micropolítica à fragmentação neoliberal (Ball, 2014). Ao gerirem as suas próprias necessidades de amparo, as crianças estabelecem uma ordem instituinte (Ferreira, 2004) capaz de lhes assegurar autonomia perante as decisões dos adultos. O cuidado supera a dimensão da tutela burocrática administrada pela instituição para se consolidar como um instrumento de coesão política das crianças, interpelando e recusando a própria finalidade utilitária da escolarização orientada pela lógica de mercado.

Múltiplas linguagens: a ética investigativa e o corpo como revogação do consentimento

A imposição de uma rotina acelerada nas instituições educativas desconsidera as temporalidades da infância ao exigir respostas imediatas e formatadas. O tempo cronológico e produtivo institucional colide com a experiência da criança, exigindo dos adultos uma postura de escuta atenta que valide as ausências de palavras como manifestações legítimas de resistência. A tensão entre a temporalidade burocrática e o tempo da criança é evidenciada nas pesquisas analisadas neste eixo, nas quais o silêncio e o choro são identificados não como déficit ou passividade, mas como formas de posicionamento consciente. A pesquisa de Nascimento e Brandão (2023) elucida o silêncio como uma tática micropolítica: ao ter sua vez de falar passada para outra criança, o menino Isaac reivindica o respeito ao seu tempo de elaboração e avisa: “Eu tava pensando, só!” (Nascimento; Brandão, 2023, p. 3). O silêncio da criança desdobra-se como um tempo cognitivo próprio e impõe um limite ético à pressa adulta, sinalizando que a linguagem infantil recusa submeter-se à aceleração exigida pela rotina institucional.

A agência infantil adquire contornos políticos ainda mais aguçados quando se interroga sobre as implicações éticas da presença do pesquisador no espaço dos bebês. A recusa em interagir tensiona a própria legitimidade da intervenção acadêmica, provando que o assentimento para a participação em uma pesquisa não se consolida em um protocolo estático assinado pelos responsáveis legais (Fernandes, 2016). Trata-se, ao contrário, de uma relação corporal, contingente e contínua, balizada, negociada e, por vezes, rejeitada pela própria criança. O estudo etnográfico de Ramos (2023) fornece subsídios fundamentais sobre essa perspectiva ao descrever o corpo infantil como espaço de manifestação do dissentimento e da revogação do assentimento. A autora

relata o caso da bebê Eloísa, de dez meses, que reitera o seu desconforto com a aproximação da pesquisadora e mantém o choro e a distância física, mesmo “[...] diante da tentativa do adulto de minimizar o desconforto oferecendo um brinquedo” (Ramos, 2023, p. 3-4).

O choro, nesse cenário, estabelece um limite ético e comunicativo que interrompe a ação investigativa, demonstrando que os bebês regulam as interações e possuem capacidade de intervir no contexto em que estão inseridos. Validar o não dizer atende à necessidade premente de transitar da afonia historicamente imposta para a escuta real nas investigações, assumindo que a voz infantil se exprime na totalidade do movimento físico (Fernandes; Souza, 2020). Essa manifestação corporal dos bebês desconstrói a concepção de passividade, revelando que, mesmo antes da linguagem verbalizada, o corpo é politicamente ativo e capaz de produzir implicações profundas na conduta do adulto.

Ao impor limites físicos à ação externa, a criança reafirma a instituição educativa como um espaço de embate democrático, opondo-se à lógica performativa que, conforme a análise de Melo e Marochi (2019) sobre as políticas curriculares, tenta conformar as subjetividades ao governo das condutas e à racionalidade do mercado. A narrativa corporal das crianças desafia a assimetria da relação investigativa e assegura o direito de o sujeito gerir o seu próprio corpo, definindo os seus próprios modos de participação no ambiente educativo. O silêncio intencional e a recusa das crianças se constituem como posições éticas de dissentimento frente às expectativas adultocêntricas. Ao negarem a cooperação, elas rejeitam a instrumentalização das suas vivências e reiteram ao campo acadêmico a sua condição de sujeitos de direitos, cuja autonomia e integridade exigem respeito e escuta atenta durante o processo de produção do conhecimento.

As narrativas interseccionais: o corpo marcado por raça, gênero e território

As matrizes de normalização da instituição educativa moderna atuam sobre a corporeidade para além da regulação do espaço e do tempo, sustentando-se em exclusões estruturais (Ball; Collet-Sabé, 2026). A governança educacional (Ball, 2014) normatiza o cotidiano na instituição educativa por meio de um padrão civilizatório homogêneo (Dardot; Laval, 2016), pautado na expectativa de uma infância universal, abstrata e asséptica. Sob essa perspectiva, a lógica gerencial mobiliza-se para suprimir a alteridade em nome da produtividade (Laval, 2019), transformando o currículo em um dispositivo de formatação identitária alinhado a um modelo branco e cisnormativo. O corpo infantil, contudo, não absorve esse apagamento de forma passiva; ele tensiona as pressões macroestruturais que tentam invisibilizar as suas marcas sociais.

Rompendo com essa homogeneização, as infâncias encontram caminhos de autonomia e, como postula Dornelles (2011), escapam ao subverterem o controle regulatório. As pesquisas analisadas demonstram que as crianças exercem essa agência valendo-se de suas identidades raciais e de gênero como expressões vivas de oposição (Corsaro, 2011; Sarmiento, 2005). O estudo de Silva (2017) corrobora essa complexidade ao investigar a autoidentificação racial na Educação Infantil. A autora constatou a branquitude como norma quando Kito, um menino negro, relatou desejar ser “laranja, cor de todo mundo” (Silva, 2017, p. 11), expressando o impacto da hierarquização racial. Em contrapartida, as meninas negras do mesmo estudo demarcaram uma resistência estética: “Ayana não hesita em declarar fortemente a sua cor. [...]. Ela tem a liberdade de ser quem é [...]. [...] transgride, rompe com a hegemonia da ideologia dominante que sustenta a supremacia branca e encontra espaço na escola para essa vivência” (Silva, 2017, p. 13). A recusa em aceitar o padrão branco como único referencial válido constitui uma forma de afirmação da própria existência, reagindo contra as investidas da dominação (Abramowicz; Oliveira, 2012).

Essa capacidade de interpelar a norma consolida-se igualmente nas disputas de gênero, nas quais o binarismo atua como ferramenta primária de controle. Ao investigarem a trajetória de uma criança transmasculina, Amancio, Teodoro e Lima (2023) descrevem essa resistência por meio de uma recusa corporal sistemática aos brinquedos e às vestimentas femininas que lhe eram designados, manifestada muito antes do domínio da fala articulada, entre os dois e três anos de idade. Essa rejeição aos papéis compulsórios configura uma aversão à cisnormatividade no espaço educativo, entendida como uma norma social colonizadora voltada à homogeneização dos corpos (Vergueiro, 2016). Mesmo enfrentando o isolamento e as agressões motivadas por transfobia pelos colegas da instituição educativa, a firmeza dessa criança em reivindicar o seu gênero e o seu nome social tensiona a colonialidade do poder. Diante da formatação de sujeitos dóceis exigida pelas práticas gerenciais contemporâneas (Laval, 2019), esse corpo em afirmação prova ser uma força de resistência e contestação.

Essa insubmissão manifestada nas questões de gênero e raça intersecta-se com outras geopolíticas da exclusão, nas quais as crianças elaboram leituras críticas aguçadas sobre a ausência e a ineficiência do Estado. Isso se evidencia no estudo de Tavares (2015), que relata a fala da menina Caroline. Após um automóvel passar por cima de seu pé, a criança constatou o desamparo estatal ao afirmar que “[...] não teve nenhum hospital pra mim” (Tavares, 2015, p. 15), escancarando a falta de proteção social em seu território de vida.

Essa relação com o espaço geográfico e cultural constitui-se como outro marcador fundamental de oposição aos enquadramentos institucionais. Souza (2019) registra esse tensionamento na fala de um menino da área rural que condicionou a sua presença à validação de sua cultura: “[...] se a professora desenhasse um cavalo para ele, aí sim ele iria” (Souza, 2019, p. 2). Exigir o cavalo é uma forma de afirmar a existência do seu mundo camponês dentro de um modelo educativo que, historicamente, apaga as identidades locais.

Seja pela valorização do cabelo crespo, pela afirmação da identidade transmasculina ou pela reivindicação de suas pertencas territoriais, as crianças recorrem à dimensão interseccional de suas vivências para desconstruir a Pedagogia do Controle (Chagas, 2026). O reconhecimento dessas múltiplas narrativas corporais atende ao que as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem como imprescindível: a urgência de construir novas formas de sociabilidade comprometidas com o “[...] rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (Brasil, 2009, p. 2). Assim, para muito além de uma questão identitária, a prática pedagógica afirma-se como um projeto de emancipação e justiça social, garantindo que as crianças não precisem anular suas existências para habitar o espaço coletivo.

A análise dos quatro eixos estruturantes desta seção evidencia a consolidação do corpo infantil como um espaço de oposição política à racionalidade neoliberal. Contudo, a escrita analítica não se esgota na descrição empírica; ela requer um desdobramento ético e propositivo. Diante disso, na próxima seção, as considerações finais completam o ciclo interpretativo com a apresentação da Bibliografia Propositiva, na qual são sistematizados os achados do estudo e propostas ações concretas em defesa de uma Educação Infantil plural, emancipatória e brasileira.

Considerações finais: as infâncias que sempre nos escapam

Esta investigação partiu da seguinte questão central: de que modo as narrativas transcritas e as manifestações corporais das crianças, registradas pelos pesquisadores nas produções acadêmicas brasileiras, revelam táticas de agência e resistência frente às rotinas e aos dispositivos de controle institucionais? Para responder a esse problema e cumprir o objetivo geral de analisar a

produção acadêmica da área, o percurso metodológico do Estado do Conhecimento seguiu um processo de seleção documental rigoroso nos anais do GT07 da ANPED (2015-2023): a partir de 205 produções inicialmente levantadas, selecionaram-se 32 trabalhos focados em investigações com crianças; posteriormente, consolidou-se um *corpus* de 27 pesquisas catalogadas, das quais 11 compuseram o recorte analítico em profundidade.

A análise realizada neste artigo confirma a tese de que, frente à governança neoliberal e às práticas de confinamento motor que buscam enquadrar, avaliar e imobilizar os sujeitos desde a mais tenra idade (Rocha, 2001), o corpo da criança atua como uma narrativa contra-hegemônica. A principal contribuição desta investigação reside em demonstrar que as crianças possuem capacidade de subverter as normativas institucionais, interpelando a imobilidade física e comportamental que o modelo educacional lhes tenta impor.

A instituição educativa contemporânea opera sob uma racionalidade mercadológica que objetiva transformar o ensino em uma empresa (Laval, 2019). Essa racionalidade se sustenta na fabricação de indivíduos condicionados à competição e à exclusão. Diante desse cenário, fica evidente que o ambiente educativo “[...] ainda está produzindo sujeitos que veem o mundo, o ‘seu’ mundo, como um de crescimento e progresso, e veem a felicidade como fundada na aquisição material, mobilidade irrestrita, consumo e desperdício” (Ball, 2025, p. 5).

Contudo, os excertos das pesquisas analisadas opõem-se a essa racionalidade: a análise evidencia que o corpo infantil reage à estrutura de normalização por meio do silêncio cognitivo, da recusa física, da palavra negociada e da organização autônoma do cuidado no interior de suas culturas de pares. A síntese das investigações revela que o ambiente educativo é um cenário de disputas. Seja subvertendo o uso de um brinquedo, seja utilizando o silêncio e o choro para revogar o assentimento na pesquisa, constata-se que as táticas corporais tensionam a disciplina imposta.

Nesse sentido, constata-se que o afeto e o “cuidado amigo” invertem a lógica adultocêntrica, demonstrando que a organização horizontal entre pares cria redes autônomas de proteção no cotidiano. De forma contundente, as narrativas infantis demonstraram que a resistência se materializa de maneira interseccional: seja na exaltação do cabelo crespo e na afirmação identitária de uma criança transmasculina, seja na exigência do menino camponês pela validação do seu mundo ou na denúncia da ausência de proteção social no território, os bebês e as crianças pequenas tensionam a branquitude, a cisnormatividade e o apagamento das pertencas locais, demonstrando que resistem cotidianamente à transformação de seus corpos em capital humano.

É a partir desse panorama analítico que se reafirma que considerar a narratividade corporal e a agência infantil constitui um horizonte fundamental para enfrentar o que Ball (2014) descreve como a Educação Global S.A. e o imaginário neoliberal. Tal enfrentamento implica mudar a base pedagógica e colocar a existência, a expressão e a autonomia da criança no centro do processo educativo. Em oposição às práticas de contenção física e à padronização curricular, as crianças manifestam, por sua corporeidade e atuação cotidiana, a recusa à redução de suas vivências a métricas formais de desempenho.

Essa mudança de postura coaduna-se com a premissa defendida por Martins Filho e Martins Filho (2022, 2024) de que, em vez de controlar, padronizar e limitar a infância com metodologias rígidas que barram a curiosidade e a diversidade, a Educação Infantil deve constituir-se como um espaço de desenvolvimento real, lugar de experiência no presente, e não um ambiente de ensaio para o futuro. Para que essa experiência seja efetivamente garantida nos cotidianos institucionais, este estudo afasta-se da intenção de prescrever receitas prontas. Em vez disso, alinhado aos pressupostos de Martins Filho (2016, 2023), apresenta como contribuição propositiva

para o campo a necessidade de reinvenção crítica das práticas pedagógicas, a partir de reflexões sobre as táticas de resistência encontradas nas pesquisas analisadas e com vistas à consolidação de uma Pedagogia para as Infâncias.

Sob esse prisma, sintetizam-se proposições concretas para o campo. A primeira aponta para a urgência de um currículo da corporeidade, no qual é imprescindível romper com a lógica escolarizante restrita à imobilidade física imposta às crianças. Defende-se a necessidade da adoção de um cotidiano que hospede o tempo *Aión*: o tempo intensivo das vivências, das experiências, da brincadeira e das descobertas, em oposição ao tempo *Chrónos*, compreendido como a temporalidade linear, produtiva e disciplinadora. O sentir, o tatear e o movimento livre devem ser validados como formas singulares de leitura de mundo e de produção de saberes por parte das crianças.

Por conseguinte, é fundamental que a pesquisa acadêmica e a ação docente desconstruam a afonia historicamente imposta à infância (Fernandes; Souza, 2020), o que demanda o exercício de um olhar e de uma escuta atenta e sensível em um diálogo coletivo (Martins Filho; Barbosa, 2010) para compreender que o silêncio intencional, o choro, o desvio de olhar e a recusa corporal das crianças são expressões comunicativas complexas.

Além disso, a Pedagogia da Infância que emerge dos dados exige um compromisso efetivo com a interseccionalidade desde a tenra idade (Rocha, 2001). Os estudos analisados evidenciam que as crianças vivenciam, percebem e narram tensões específicas de gênero, raça e território no interior das suas culturas de pares (Corsaro, 2011). Sustenta-se que reconhecê-las como sujeitos históricos e de direitos implica que a instituição educativa assuma uma postura ativa no combate ao racismo estrutural, à cisnormatividade e às assimetrias geográficas, de modo a garantir que nenhuma identidade infantil, urbana, periférica ou do campo, seja silenciada, invisibilizada ou violentada no espaço educativo.

Parte-se da premissa de que a pesquisa com crianças não se encerra em si mesma, pois o reconhecimento da narratividade corporal das crianças como uma tática de resistência contra sistemas tecnocráticos é, acima de tudo, um convite a novas investigações. Reconhecem-se, contudo, as barreiras geográficas e socioeconômicas que limitam o alcance deste estudo em razão do foco exclusivo nas produções da ANPED, um espaço cujos custos de inscrição, deslocamento e estadia muitas vezes restringem a participação democrática de pesquisadores de diversas regiões. Por conseguinte, aponta-se como horizonte necessário o avanço e o alargamento desse mapeamento em bases de dados de acesso universal e abrangência nacional, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Indica-se a necessidade de manter o olhar vigilante e ajustado às minúcias da vida cotidiana (Martins Filho, 2023; Martins Filho; Vasconcelos, 2025) e a escuta sensível sempre alerta, em abertura contínua às desestabilizações promovidas por essas infâncias que, resistindo e narrando, recriam a esperança na educação. Ao fazerem de seus corpos um espaço de recusa à mercantilização, as crianças não apenas escapam às capturas do presente (Dornelles, 2011), mas demonstram a possibilidade de construir bases sólidas para uma instituição comum e para a consolidação de uma educação democrática (Laval; Vergne, 2023).

Referências

ABRAMOWICZ, A.; KRAMER, S. Afinal para que serve a Educação Infantil? **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-11, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.26.22414.065>

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: BENTO, M. A. S. (org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 47-64. Disponível em: <https://media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/educacao-infantil-igualdade-racial-e-diversidade-aspectos-politicos-juridicos-conceituais.pdf>. Acesso: 23 jul. 2026.

ALBUQUERQUE, K. C. S. de; GUIMARÃES, D. Cartografia corporal com bebês: a potência nos encontros entre corpos-natureza. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_35_30. Acesso: 14 ago. 2026.

AMANCIO, I. M. S.; TEODORO, C.; LIMA, P. de M. Vivências de uma criança trans em contexto de Educação Infantil: direito ao reconhecimento da identidade e do corpo. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9_50. Acesso: 14 ago. 2026.

AQUINO, P. N. O. de; CRUZ, S. H. V. A percepção de crianças de uma turma de creche acerca do pertencimento étnico-racial, numa comunidade de remanescentes de quilombolas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais eletrônicos** [...]. Niterói: ANPED, 2019. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_10_4. Acesso: 14 ago. 2026.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>

BALL, S. J. **Educação Global S. A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J. Sujeitos/disciplinas do currículo da extração. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 25, e2836, p. 1-11, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v25.2836>

BALL, S. J.; COLLET-SABÉ, J. Contra a escola: uma crítica epistemológica. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 30, p. 1-19, 2026. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2026.301.04>

BARBIER, R. A escuta sensível em educação. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre n. 5, p. 187-215, set. 1993. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf. Acesso: 20 jul. 2026.

BARBOSA, M. C. S. Pedagogia da infância. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: GESTRADO/UFGM, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/pedagogia-da-infancia/. Acesso: 23 jul. 2026.

BISPO, J. G. de O.; SÁ, M. R. G. B. de. Encontro dos bebês e crianças bem pequenas com as artes plásticas e visuais. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPED, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_16. Acesso: 14 ago. 2026.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 242, p. 18-19, 18 dez. 2009.

CAMARGO, G. B.; GARANHANI, M. C. O corpo criança e o corpo adulto na pesquisa com crianças. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.20.23491.002>

CAMPOS, R. K. do N. Negociação e participação infantil: o que as crianças nos revelam sobre os modos de participação na prática pedagógica? *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPED, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_22. Acesso: 14 ago. 2026.

CASTELLI, C. M.; DELGADO, A. C. C. Bebês que se relacionam com crianças mais velhas: cuidados e conflitos na Educação Infantil. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt07-3704.pdf>. Acesso: 14 ago. 2026.

CHAGAS, E. B. das. **Pesquisas com crianças**: uma análise do Estado do Conhecimento dos trabalhos apresentados no GT07 da ANPED (2015-2023). 2026. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2026.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, A. C. C.; MARTINS FILHO, A. J. (org.). Dossiê “Bebês e crianças bem pequenas em contextos coletivos de educação”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 3 (72), p. 21-30, set/dez 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000300002>

DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 161-179, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000200009>

DORNELLES, L. V. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. 3. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>

FERNANDES, N. Pesquisa e infância: da invisibilidade do passado aos desafios do presente e do futuro. **Momento – Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 35, n. 1, p. 1-27, 2026. DOI: <https://doi.org/10.63595/momento.v35i1.20621>

FERNANDES, N.; SOUZA, L. F. Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 15, p. 970-986, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n15.p970-986>

FERREIRA, M. “Branco demais” ou... reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. *In*: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. de. (org.). **Estudos da Infância, educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 143-162.

FERREIRA, M. Do “avesso” do brincar ou ... as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituinte(s) das crianças no jardim-de-infância. *In*: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004. p. 55-104.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 42. ed. 9. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2020.

FREITAS, L. A. N. de; CARVALHO, M. C. M. P. de. “Não precisa escolher, só aparece”: a influência da mídia digital na experiência musical de crianças. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_14_41. Acesso em: 14 ago. 2026.

GAUDIO, E. S. Dimensão étnico-racial na Educação Infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt07-3713.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2026.

GONÇALVES, F. O descomeço do verbo: a relação dos bebês com os livros na Educação Infantil. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_13_42. Acesso em: 14 ago. 2026.

INTRA, Z. F.; PINHEIRO, L. F. de M. A.; ZUCCOLOTTO, A. S. Pelos olhos das crianças: desenhos da cidade. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_41. Acesso em: 14 ago. 2026.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf. Acesso: 23 jul. 2026.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, C.; VERGNE, F. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.

LOFFLER, D.; DELGADO, A. C. C. Os movimentos de participação dos bebês em uma turma de berçário: entre as culturas infantis e uma cultura adulta sensível na Educação Infantil. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPED, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_21. Acesso: 14 ago. 2026.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACÊDO, L. C. de; DIAS, A. A. Tia, posso pegar um brinquedo? A ação das crianças no contexto da pedagogia do controle. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt07-3731.pdf>. Acesso: 14 ago. 2026.

MAFRA-REBELO, A. H.; BUSS-SIMÃO, M. Formas regulatórias na Educação Infantil: retratos a partir da perspectiva das crianças. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 38., 2017, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. São Luís.: ANPED, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT07_379.pdf. Acesso: 14 ago. 2026.

MARCHI, R. de C. O “ofício de aluno” e o “ofício de criança”: articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 23, n. 1, p. 183-202, 2010. DOI: <https://doi.org/10.21814/rpe.13983>

MARQUES, R. Além da implementação linear: a teoria da atuação nas políticas públicas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-19, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.21.26281.013>

MARTINS FILHO, A. J. (org.). **Educar na creche**: uma prática construída com os bebês e para os bebês. Porto Alegre: Editora Mediação, 2016.

MARTINS FILHO, A. J. **Minúcias da vida cotidiana no fazer-fazendo da docência na Educação Infantil**: Além da A4. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2023.

MARTINS FILHO, A. J. Da socialização adultocêntrica às culturas infantis: Adultos e crianças no contexto da Educação Infantil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 68, e024019, p. 1-27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.vi68.27138>

MARTINS FILHO, A. J.; BARBOSA, M. C. S. Metodologias de pesquisas com crianças. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 8-28, jul./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v18i2.1496>

MARTINS FILHO, A. J.; MARTINS FILHO, L. J. Múltiplas linguagens na infância: protagonismo compartilhado entre adultos e crianças nos contextos de Educação Infantil. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 259-280, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984723823512022259>

MARTINS FILHO, A. J.; MARTINS FILHO, L. J. As minúcias da vida cotidiana e o fazer-fazendo da docência: dilemas e desafios da escola contemporânea de Educação Infantil. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 18, n. 42, p. 5-21, set./dez. 2024.

MARTINS FILHO, A. J.; VASCONCELOS, T. **A prática do fazer-fazendo da docência na Educação Infantil além da A4**: revisitando as obras ao redor da mesa grande e minúcias da vida cotidiana: Tubarão: Copiart, 2025.

MELO, A. de; MAROCHI, A. C. Cosmopolitismo e performatividade: categorias para uma análise das competências na Base Nacional Comum Curricular. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e203727, p. 1-23, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698203727>

MELO, V. G. A. de; SALLES, C. G. N. L. de. As temporalidades da infância que habitam o território currículo-escola da Educação Infantil e os dizeres infantis que invencionam currículos-outros. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPED, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_2_15. Acesso em: 14 ago. 2026.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MOROSINI, M. C.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. A. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MULLER, J. C. Jogos e brincadeiras com o uso das tecnologias móveis na Educação Infantil: o que as crianças têm a nos dizer? *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: ANPEd, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt07-4367.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2026.

NASCIMENTO, B. E. S.; BRANDÃO, A. C. P. A. O silêncio das crianças nas rodas de história da Educação Infantil. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPEd, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_48_37. Acesso em: 14 ago. 2026.

NEVES, V. F. A.; SILVA, E. de B. T.; MACÁRIO, A. de P. A tomada de consciência na pesquisa etnográfica com bebês. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPEd, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_8_15. Acesso em: 14 ago. 2026.

NOVAK, R. F.; NAZARIO, R. Institucionalização da infância: uma análise de narrativas de crianças a partir de experiências na Educação Infantil e na família. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPEd, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_34_18. Acesso em: 14 ago. 2026.

QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200014>

QVORTRUP, J. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2015.

RAMOS, T. K. G. Inserção em campo e consentimento de bebês na pesquisa etnográfica. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPEd, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_8_15. Acesso em: 14 ago. 2026.

ROCHA, E. A. C. A pedagogia e a Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 27-34, abr. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100004>

SALUTTO, N. “Será que é mágica?” Reflexões sobre interações entre adultos, bebês e livros. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPEd, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_26. Acesso em: 14 ago. 2026.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>

SILVA, T. R. da. Que cor é a minha cor? A autoidentificação racial das crianças na Educação Infantil. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais eletrônicos** [...]. São Luís: ANPEd, 2017. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT07_638.pdf. Acesso em: 14 ago. 2026.

SIMÕES, P. M. U.; PENHA, R. F. da. Corpos em movimento produzindo saberes na Educação Infantil. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_32. Acesso em: 14 ago. 2026.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100001>

SOUSA, E. V. R. de; ALMEIDA, L. M. de S.; NEVES, V. F. A. Cuidado e educação: investigando a inserção e participação de bebês em atos de cuidar. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 41., 2023, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: ANPED, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_41_29. Acesso em: 14 ago. 2026.

SOUSA, J. E. de. Homem docência com crianças pequenas: o olhar das crianças de um Centro de Educação Infantil. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt07-4232.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2026.

SOUZA, R. G. P. de. “... Mamãe, eu tenho um novo amigo na escola. Ele é grande, mas quer aprender com a gente...”. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 39., 2019, Niterói. **Anais eletrônicos** [...]. Niterói: ANPED, 2019. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_9_8. Acesso em: 14 ago. 2026.

TAVARES, L. H. de J. “Meu irmão tem 3 anos e não estuda porque ele é criancinha” - O que dizem as crianças sobre a Educação Infantil e o direito? *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPED, 2015. Disponível em: <https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/trabalho-gt07-4096.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2026.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In: MESSEDER, S., CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L., (org.). Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>

VILELA, R. L. S. Literatura infantil digital: experiências de leitura e autoria na escola. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 40., 2021, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Belém: ANPED, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_15_21. Acesso em: 14 ago. 2026.

Recebido em 20/03/2026

Versão corrigida recebida em 01/08/2026

Aceito em 02/08/2026

Publicado online em 20/08/2026